



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 17/10/2022

Chagas  
Conceição de Maria Lays Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Francisco Lima

para relatar.

Em 24/10/22

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46 DE OUTUBRO DE 2022.**  
**PROCESSO AL Nº \_\_\_\_\_/22**

APROVADO À UNANIMIDADE EM, <u>29/10/2022</u> PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <u>Justiça</u>
---

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

**RELATÓRIO E VOTO**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Decreto Legislativo nº 46 de outubro de 2022, de autoria do Senhor Deputado João Madison, que tem a seguinte ementa: **"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADANIA PIAUIENSE AO SR. MARCO ANTHONY STEVSON VILLAS BOAS."**

Natural de Uberaba-MG, em 22 de maio de 1962, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), em 1986, tendo ingressado na Magistratura em 1989, após aprovação em concurso no recém-criado Estado do Tocantins. É Mestre em Direito Constitucional e Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Em 2001, foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, órgão de que foi Presidente entre 2003 e 2005, período em que ajudou a elaborar o primeiro projeto estratégico decenal do Poder Judiciário do Tocantins.

Foi, também, presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil, em que desenvolveu, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral, o direcionamento institucional e o planejamento estratégico das Corregedorias de todos os Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, tendo atuado decisivamente em prol da elaboração e da aplicação da Lei nº 11.300/2006, a qual dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais.

Analizando os aspectos constitucionais e legais, observo que a proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 27, V, "g" 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

**II – DO PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 24 de outubro de 2022.

Dep. Francisco Limma/PI  
Relator

Av. Mal. Castelo Branco, 201 - Cabral - Teresina/PI (86) 3133-3022  
E-mail: gab13limma@gmail.com